



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

1

**ATA DE CORREIÇÃO ORDINÁRIA REALIZADA NA 1ª VARA DO  
TRABALHO DE JOÃO PESSOA**

Equipe de Correição: Isêlma Maria de Souza Rodrigues, Cláudia Maria Bandeira Correia Lima Vilar, Eurício de Oliveira Pessoa, Maria Elizabete dos Santos Melo, Marco Antônio Maia Pinheiro, Reginaldo Pires Moura Brasil, Silvana Marsicano Franca, Valdevina Félix da Costa Pereira, Zirley Maria Bezerra e Adalcídio Pereira Júnior.

Jurisdição	Alhandra, Caaporã, Cabedelo, Conde, João Pessoa e Pitimbu
Normativo de criação	Decreto-Lei nº 1.237, de 02.05.1939
Data de instalação	1º.05.1941
Data da última correição	21 a 24.08.2017
Período de correição	13 a 15.08.2018

Aos 13 de agosto de 2018, sob a supervisão do Excelentíssimo Senhor Corregedor, **Desembargador WOLNEY DE MACEDO CORDEIRO**, foi realizada a abertura dos trabalhos correicionais da 1ª Vara do Trabalho de João Pessoa, relativos ao período de 21.08.2017 a 12.08.2018, em cumprimento ao disposto no inciso I do artigo 25 do Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região, conforme Editais de Correição nº 015 e nº 017/2018 publicados no DA-e e DEJT, no sítio eletrônico deste Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região e enviado à Secretaria da Vara por correio eletrônico.

O Desembargador Vice-Presidente e Corregedor foi recebido pela Ex<sup>ma</sup> Sr<sup>a</sup> Juíza Titular da Vara, Margarida Alves de Araújo Silva, pelo Ex<sup>mo</sup> Sr. Juiz Substituto Permanente, Alexandre Roque Pinto, pelo Diretor de Secretaria e



demais servidores lotados na Unidade Judiciária. Com base na análise dos processos selecionados para correição, na consulta dos dados estatísticos fornecidos pelos sistemas e-Gestão, Hórus e SAOPJe referentes ao período de 1º.08.2017 a 31.07.2018 (12 meses) e nas informações prestadas pelo Diretor de Secretaria, a Corregedoria Regional apurou o seguinte:

## 1. ESTRUTURA FUNCIONAL

### 1.1 Magistrada Titular

Juíza Titular	Titularidade na Unidade
Margarida Alves de Araújo Silva	17.07.2002 – ATO TRT GP Nº 57/2002

#### 1.1.1 Afastamentos de Jurisdição – Juíza Titular (Fonte: SUAP)

Motivação	Normativo	Período	Dias
Convocação TRT	Protocolo TRT Nº 12433/2017	17.08.2017 a 17.08.2017	1
Convocação TRT	Protocolo TRT Nº 12433/2017	29.08.2017 a 29.08.2017	1
Convocação TRT	Protocolo TRT Nº 12433/2017	31.08.2017 a 31.08.2017	1
Férias	Protocolo TRT Nº 16788/20176	04.09.2017 a 03.10.2017	30
Convocação TRT	Protocolo TRT Nº 15798/2017	05.10.2017 a 05.01.2017	1
Compensação	Protocolo TRT Nº 14311/2017	30.10.2017 a 31.10.2017	2
Convocação TRT	Protocolo TRT Nº 16515/2017	20.11.2017 a 20.12.2017	31
Convocação TRT	Ato TRT Nº 455/2017	22.01.2018 a 22.03.2018	60
Convocação TRT	Protocolo TRT Nº 5981/2018	02.04.2018 a 03.04.2018	2
Convocação TRT	Protocolo TRT Nº 5981/2018	05.04.2018 a 05.04.2018	1
Convocação TRT	Protocolo TRT Nº 5981/2018	10.04.2018 a 10.04.2018	1
Convocação TRT	Protocolo TRT Nº 5991/2018	24.04.2018 a 24.04.2018	1
Convocação TRT	Protocolo TRT Nº 5981/2018	26.04.2018 a 26.04.2018	1
Convocação TRT	Ato GP Nº 121/2018	02.05.2018 a 02.05.2018	1
Convocação TRT	Ato GP Nº 143/2018	10.05.2018 a 10.05.2018	1
Convocação TRT	Ato GP Nº 144/2018	22.05.2018 a 22.05.2018	1
Convocação TRT	Ato GP Nº 165/2018	29.05.2018 a 29.05.2018	1
Compensação TRT	Protocolo TRT Nº 6679/2018	13.06.2018 a 13.06.2018	1
Férias	Protocolo TRT Nº 11990/17	14.06.2018 a 1º.07.2018	18



Licença	Protocolo TRT Nº 10031/2018	02.07.2018 a 20.07.2018	19
Férias	Protocolo TRT Nº 10031/2018	21.07.2018 a 1º.08.2018	12
<b>Total</b>			<b>187</b>

Registre, na oportunidade, que a Magistrada Titular, durante grande parte do período correicionado, esteve convocada para substituir os Desembargadores do Egrégio Tribunal.

### 1.1.2 Magistrado Substituto fixo

Juiz Substituto	Fixação na Unidade
Alexandre Roque Pinto	02.06.2014 - ATO TRT GP Nº 255/2014

### 1.1.3 Afastamentos de Jurisdição – Juiz Substituto fixo (Fonte: SUAP)

Motivação	Normativo	Período	Dias
Capacitação	Protocolo TRT Nº 14183/2017	26.10.2017 a 27.10.2017	2
Licença médica	Protocolo TRT Nº 15695/2017	29.10.2017 a 02.11.201	5
Férias	Protocolo TRT Nº 11990/2017	26.02.2018 a 27.03.2018	30
Licença médica	Protocolo TRT Nº 9994/2018	04.07.2018 a 04.07.2018	1
<b>Total</b>			<b>38</b>

### 1.1.4 Atuação extraordinária – Projeto Descongestionar

É de se registrar que o Juiz do Trabalho Substituto George Falcão Coelho Paiva foi designado para atuar na Unidade, no período de 03 de fevereiro a 06 de julho de 2018, no “Projeto Descongestionar”, respondendo por distribuição originária com numeração compreendida entre 1623/2017 e 350/2018.



## 1.2 Assiduidade dos Magistrados - Titular e Substitutos

Não há registro de inassiduidade na Corregedoria, ou manifestações dessa ocorrência na Ouvidoria, em face da Magistrada Titular e dos Juízes Substitutos que atuaram na Vara durante o período correicionado.

## 1.3 Servidores lotados na Unidade (Fonte: CAPPE)

A 1ª Vara do Trabalho de João Pessoa conta, atualmente, com **13** servidores:

Servidor	Cargo/Função	Data lotação
Celso Dionísio de Lima Júnior	Técnico Judiciário – Assistente IV	08.01.2015
Cláudio Marcelo Figueiredo Cavalcanti	Técnico Judiciário – Assistente IV	20.11.2013
Cleonice Barbosa Farias de Souza	Técnico Judiciário – Assistente de Juiz Titular	04.10.1993
Felipe da Silva Brito	Técnico Judiciário – Assistente III	30.12.2016
Frederico Belarmino Porto	Técnico Judiciário – Assistente III	31.08.2004
José Ailton Félix de Souza	Técnico Judiciário – Assistente V	12.12.1990
José Ledo Nóbrega de Queiroz	Técnico Judiciário – Assistente de Diretor	28.04.1993
Mércia Cristina Pita Mercês Almeida	Técnico Judiciário – Assistente II	12.12.1990
Rodrigo Cavalcante Barreto	Técnico Judiciário – Assistente de Juiz Substituto	07.01.2015
Sampaio Geraldo Lopes Ribeiro	Analista Judiciário – Diretor de Secretaria	18.05.1990
Sinval Duarte Filho	Técnico Judiciário – Assistente III	04.11.1991
Willa Procópio Rodrigues Ortega	Técnico Judiciário – Assistente IV	12.12.1990
Wylka Carlos Lima Vidal	Técnico Judiciário – Assistente IV	10.06.2009

Segundo informações prestadas pela Diretora de Secretaria Substituta, no SUAP e PJe-JT, é adotada a divisão dos processos por fase: conhecimento, liquidação e execução. Informou, ainda, que, no anexo do gabinete, além do suporte dos juízes, são resolvidos todos os incidentes.



## 2. ACERVO PROCESSUAL DA UNIDADE (Fonte: e-Gestão)

De acordo com os dados fornecidos pelo e-Gestão, a 1ª Vara do Trabalho de João Pessoa contabilizava, em 31.07.2018, um acervo processual de **2.776** processos:

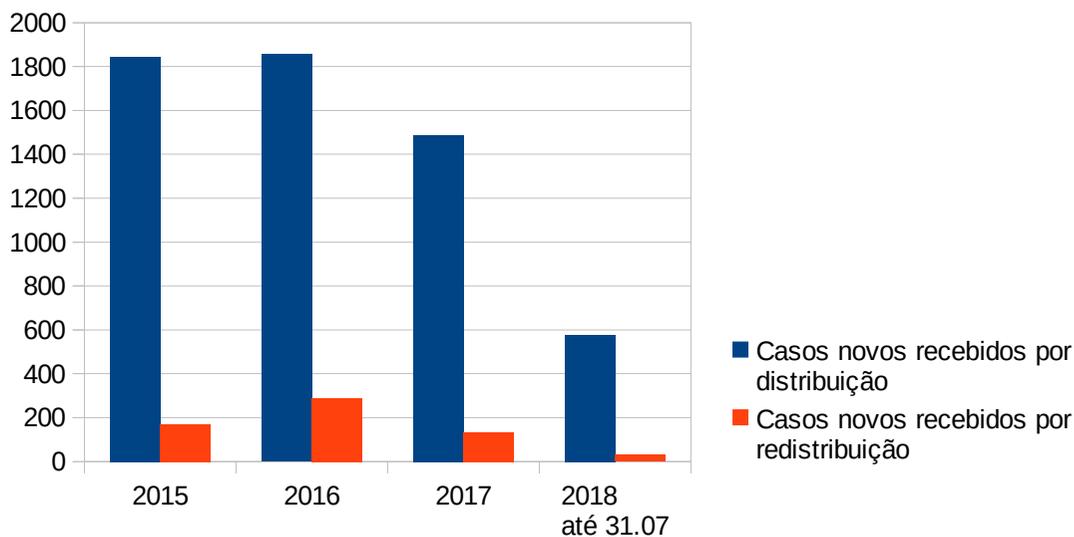
Item	Quantidade
Fase de conhecimento	1.142
Fase de liquidação	37
Fase de execução	1.558
Cartas precatórias e de ordem	39

### 2.1 Fase de conhecimento (Fonte: e-Gestão)

#### 2.1.1 Casos novos

Item	2015	2016	2017	2018 até 31.07
Casos novos recebidos por distribuição	1.845	1.856	1.487	577
Casos novos recebidos por redistribuição	170	287	134	30
<b>TOTAL</b>	<b>2.015</b>	<b>2.143</b>	<b>1.621</b>	<b>607</b>

Desse acervo, são processos do tipo “tramitação preferencial”: no exercício de 2015, **562**; em 2016, **587**; em 2017, **521** e até 31.07, **316** processos.





### 2.1.2 Pendentes de solução (Fonte: e-Gestão)

A realidade da movimentação processual vivenciada pela Unidade, quanto aos processos sem prolação de sentença, expressa-se nos seguintes números:

Item	31.12.2015	31.12.2016	31.12.2017	2018 até 31.07
Aguardando a 1ª sessão de audiência	313	340	360	92
Aguardando o encerramento da instrução	225	190	213	149
Aguardando a prolação de sentença	31	58	35	67
<b>Total</b>	<b>569</b>	<b>588</b>	<b>608</b>	<b>308</b>

### 2.1.3 Pendentes de finalização (Fonte: e-Gestão e Hórus)

Saldo residual dos processos que não foram finalizados\*, ou seja, aqueles processos que, muito embora já tenham recebido uma decisão, os cálculos ou satisfeito o crédito (conforme a fase processual), ainda estão impactando a Unidade por ausência de impulso processual.

Item	2015	2016	2017	2018 até 31.07	Variação (%)		
					2015/2016	2016/2017	2017/2018
Fase de conhecimento	1.206	1.535	1.525	1.142	27,28%	- 0,65%	- 25,11%
Fase de liquidação	5	8	17	37	60%	112,5%	117,64%
Fase de execução	1.198	1.435	1.588	1.558	19,78%	10,66%	- 1,88%

\*Na fase de conhecimento, consideram-se finalizados os processos: a) remetidos a outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso; b) arquivados definitivamente; c) com entrega definitiva dos autos à parte; d) com início da fase de liquidação ou de execução.

Na fase de liquidação, os processos: a) remetidos a outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso, para liquidação; b) arquivados definitivamente; c) as Execuções Provisórias em Autos Suplementares apensadas aos autos principais; d) com execução iniciada.

Na fase de execução, os processos de execução de títulos judiciais e extrajudiciais: a) remetidos a outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso, para execução; b) arquivados definitivamente; c) as Execuções Provisórias em Autos Suplementares apensadas aos autos principais.

## 3 PRODUTIVIDADE DA UNIDADE



### 3.1 Panorama das audiências

A Unidade realiza audiências de segunda a quinta-feira e, excepcionalmente, às sextas-feiras.

As últimas audiências agendadas pela Unidade foram:

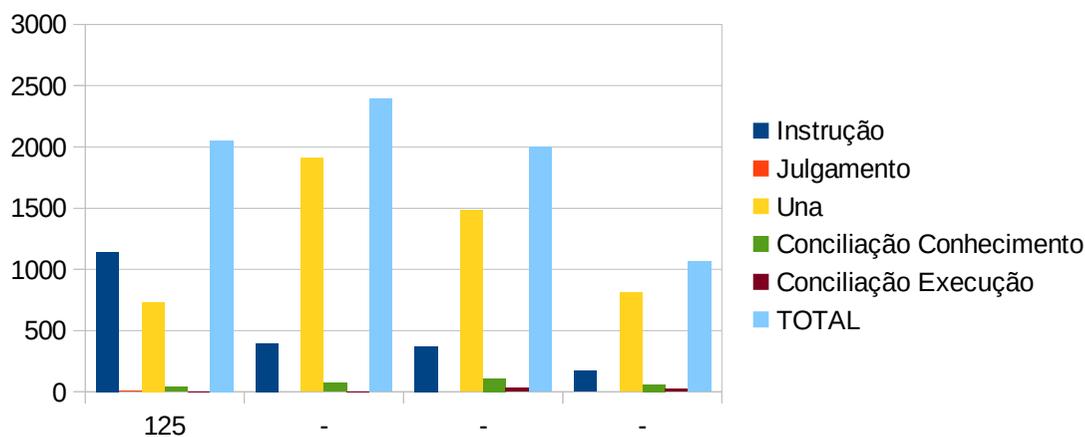
<b>Rito ordinário</b>	10.09.2018	RTOrd 0000686-74.2018.5.13.0001
<b>Rito Sumaríssimo</b>	30.08.2019	RTSum 0000648-62.2018.5.13.0001
<b>Audiência de Instrução</b>	19.09.2018	RTOrd 0000667-05.2017.5.13.0001

#### 3.1.1 Processos aguardando inclusão em pauta:

A Unidade não apresenta pendência de processos a incluir em pauta.

#### 3.1.2 Audiências realizadas (Fonte: e-Gestão)

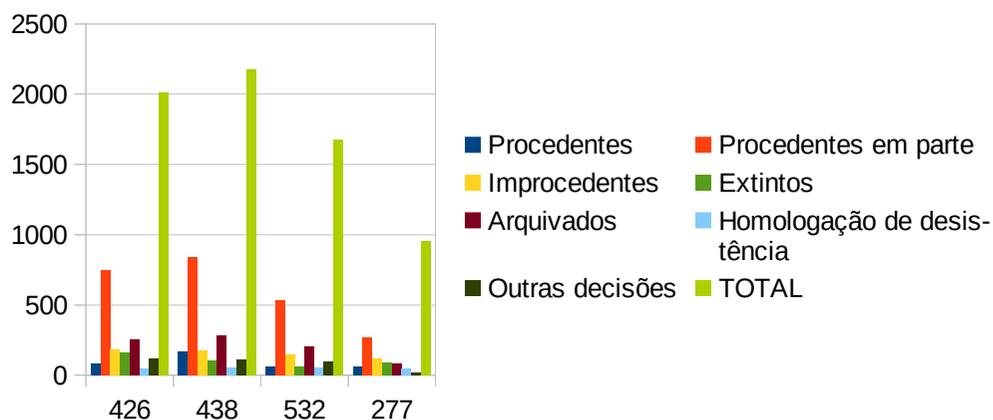
Item	2015	2016	2017	2018 até 31.07
Inicial	125	-	-	-
Instrução	1.143	395	372	171
Julgamento	6	-	-	-
Una	733	1.908	1.484	808
Conciliação Conhecimento	41	75	111	60
Conciliação Execução	4	1	32	23
<b>TOTAL</b>	<b>2.052</b>	<b>2.391</b>	<b>1.999</b>	<b>1.062</b>





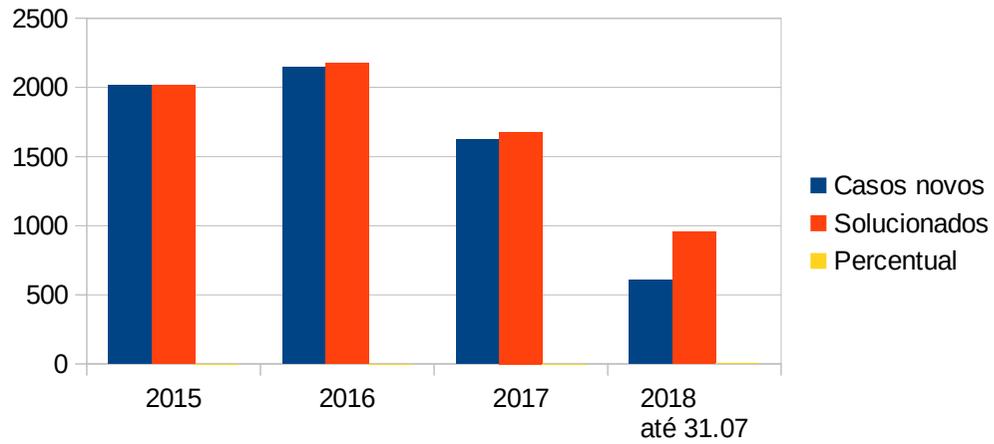
### 3.2 Solucionados na fase de conhecimento (Fonte: e-Gestão)

Item	2015	2016	2017	2018 até 31.07
Conciliados	426	438	532	277
Procedentes	81	166	57	61
Procedentes em parte	746	842	531	264
Improcedentes	183	177	146	117
Extintos	160	103	61	90
Arquivados	251	284	200	80
Homologação de desistência	45	54	51	49
Outras decisões	122	112	99	16
<b>TOTAL</b>	<b>2.014</b>	<b>2.176</b>	<b>1.677</b>	<b>954</b>



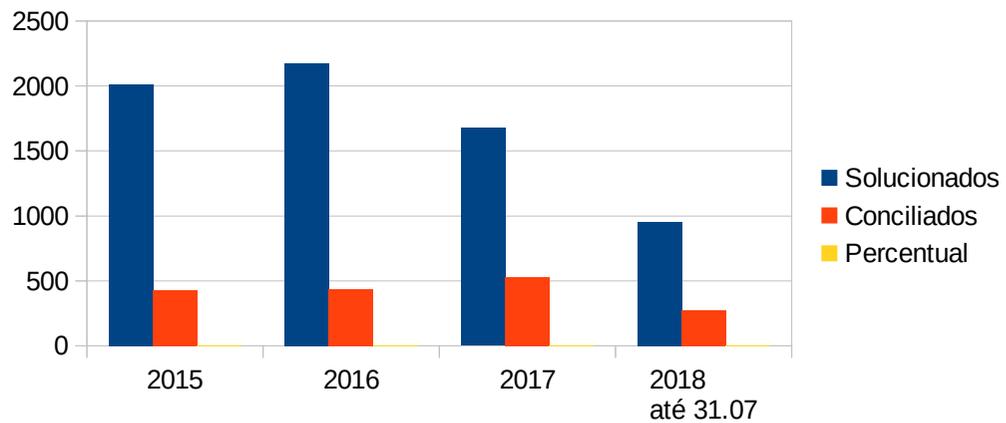
#### 3.2.1 Índice de solução x casos novos (Fonte: e-Gestão)

Item	2015	2016	2017	2018 até 31.07
Casos novos	2.015	2.143	1.621	607
Solucionados	2.014	2.176	1.677	954
<b>Percentual</b>	<b>99,95%</b>	<b>101,53%</b>	<b>103,45%</b>	<b>157,16%</b>



### 3.2.2 Índice de conciliados x solucionados (Fonte: e-Gestão)

Item	2015	2016	2017	2018 até 31.07
Solucionados	2.014	2.176	1.677	954
Conciliados	426	438	532	277
Percentual	21,15%	20,12%	31,72%	29,03%



**3.3 Produtividade dos magistrados – solucionados** (Fonte: e-Gestão)

Magistrados	Com exame do mérito						Sem exame do mérito			Total
	Conciliação	Procedente	Proc. Parte	Improcedente	Extinto	Outras decisões	Arquivado	Extinto	Desistências/ Outras decisões	
Margarida Alves de Araújo Silva	78	6	54	18	-	-	16	4	25	<b>201</b>
Alexandre Roque Pinto	178	18	265	84	3	-	40	24	57	<b>669</b>
Albérico V. Bezerra	28	4	48	19	1	-	7	3	2	<b>112</b>
Ana Beatriz Dias F. Gondim	1	-	8	3	-	-	2	-	-	<b>14</b>
Ana Paula Cabral Campos	11	-	-	-	-	-	-	-	-	<b>11</b>
Clóvis Rodrigues Barbosa	6	3	7	5	1	-	2	-	2	<b>26</b>
Flávia Roberta F. da Costa Assunção	1	1	7	4	-	-	3	-	1	<b>17</b>
Francisca Poliana A. R. de Sá	5	-	14	1	-	-	4	1	-	<b>25</b>
Francisco Xavier de Andrade Filho	10	-	3	1	-	-	-	-	1	<b>15</b>
George Falcão C. Paiva	130	36	49	30	1	-	51	69	42	<b>408</b>
Joliete Melo R. Honorato	6	-	-	-	-	-	-	-	-	<b>6</b>
José Guilherme Marques Júnior	-	1	6	2	-	-	-	-	-	<b>9</b>
Lindinaldo Silva Marinho	-	-	2	1	-	-	-	-	-	<b>3</b>
Lindinaldo Silva Marinho	25	10	22	12	-	-	7	1	-	<b>77</b>



No período correicionado, a Juíza Titular laborou **179** dias, perfazendo uma média de produção de **1,12** processo/dia. O Juiz substituto fixo laborou **312** dias, com média de produção de **2,14** processos/dia.

Quanto aos demais juízes que atuaram na Unidade, em razão da intermitência de atuação, não é razoável aqui se registrar uma média de produção.

### 3.3.1 Incidentes julgados (Fonte: e-Gestão)

Magistrados	Embargos de declaração	Antecipação de tutela	Impugnação à sentença de liquidação	Embargos à execução	Embargos à Arrematação	Exceção de pré-executividade	Total
Margarida Alves de Araújo Silva	13	13	5	31	-	-	<b>62</b>
Alexandre Roque Pinto	127	104	14	130	-	6	<b>381</b>
Albérico Viana Bezerra	20	-	5	5	-	-	<b>30</b>
Ana Beatriz Dias Fernandes Gondim	2	-	-	-	-	-	<b>2</b>
Ana Paula Cabral Campos	-	-	-	1	-	-	<b>1</b>
Flávia Roberta F. da Costa Assunção	2	-	-	1	-	-	<b>3</b>
Francisca Poliana A. Rocha de Sá	2	1	-	2	-	-	<b>5</b>
Francisco Xavier de Andrade Filho	1	1	-	-	-	-	<b>2</b>
George Falcão Coelho Paiva	21	28	-	2	-	-	<b>51</b>
Joliete Melo Rodrigues Honorato	-	-	-	1	-	-	<b>1</b>
José Guilherme Marques Júnior	3	-	-	-	-	-	<b>3</b>
Lindinaldo Silva Marinho	2	-	-	-	-	-	<b>2</b>
Luiz Antônio Magalhães	14	2	-	3	-	1	<b>20</b>

**3.3.2 Produtividade da magistrada titular – audiências realizadas** (Fonte: e-Gestão)

<b>MARGARIDA ALVES DE ARAÚJO SILVA</b>				
<b>DEMONSTRATIVO DE AUDIÊNCIAS – PERÍODO CORREICIONADO</b>				
Realizadas	Inicial		-	
	Instrução		79	
	Julgamento		-	
	Una		184	
	<b>Total</b>		<b>263</b>	
	Conciliação	Fase de conhecimento		9
		Fase de execução		2
	<b>Total de audiências realizadas</b>		<b>274</b>	

**3.3.3 Produtividade do magistrado substituto fixo – audiências realizadas** (Fonte: e-Gestão)

<b>ALEXANDRE ROQUE PINTO</b>				
<b>DEMONSTRATIVO DE AUDIÊNCIAS – PERÍODO CORREICIONADO</b>				
Realizadas	Inicial		-	
	Instrução		174	
	Julgamento		-	
	Una		545	
	<b>Total</b>		<b>719</b>	
	Conciliação	Fase de conhecimento		40
		Fase de execução		18
	<b>Total de audiências realizadas</b>		<b>777</b>	

**3.4 Índice de congestionamento****3.4.1 Índice de congestionamento - fase de conhecimento** (Fonte: TRT13 em números)

Item	2015	2016	2017
Processos de conhecimento baixados	1.310	2.017	1.543
Casos novos de conhecimento	1.845	1.856	1.487
Casos pendentes de conhecimento	1.206	803	776
<b>Taxa de congestionamento</b>	<b>57%</b>	<b>24%</b>	<b>32%</b>

**3.4.2 Índice de congestionamento - fase de execução** (Fonte: TRT13 em números)

Item	2015	2016	2017
Processos de execução baixados	459	487	555
Casos novos de execução	557	647	743
Casos pendentes de execução	1.198	1.069	1.219
<b>Taxa de congestionamento</b>	<b>74%</b>	<b>72%</b>	<b>72%</b>

**3.5 Incidentes Processuais** (Fonte: e-Gestão)

Item		2015	2016	2017	2018 até 31.07
<b>Embargos de declaração</b>	Recebidos	300	285	205	136
	Baixados	314	272	197	139
	<b>Pendentes</b>	<b>25</b>	<b>32</b>	<b>34</b>	<b>27</b>
<b>Antecipação de tutela</b>	Recebidos	233	439	246	81
	Baixados	232	547	237	78
	<b>Pendentes</b>	<b>17</b>	<b>11</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
<b>Impugnação à sentença de liquidação</b>	Recebidos	54	46	22	19
	Baixados	47	45	18	21
	<b>Pendentes</b>	<b>6</b>	<b>3</b>	<b>5</b>	<b>3</b>
<b>Embargos à execução</b>	Recebidos	90	89	171	97
	Baixados	96	80	173	87
	<b>Pendentes</b>	<b>21</b>	<b>22</b>	<b>7</b>	<b>16</b>
<b>Embargos à arrematação</b>	Recebidos	1	-	-	-
	Baixados	1	-	-	-
	<b>Pendentes</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	-	-
<b>Exceções de pré-executividade</b>	Recebidos	19	8	12	4
	Baixados	13	6	6	4
	<b>Pendentes</b>	<b>4</b>	<b>4</b>	<b>4</b>	<b>4</b>



### 3.6 Recursos interpostos

PERÍODO: 1º a 31.07.2018					
Item	Novos	Recebidos	Não recebidos	Baixados	Pendentes
Recurso ordinário	51	42	5	1	<b>22</b>
Recurso adesivo	4	3	1	-	<b>1</b>
Agravo de petição	4	3	-	1	<b>8</b>
<b>Total</b>	<b>59</b>	<b>48</b>	<b>6</b>	<b>2</b>	<b>31</b>

Observa a Corregedoria que a Unidade exerce regular e explícito pronunciamento acerca da admissibilidade dos recursos interpostos, em total observância ao Ato TRT SCR nº 018/2016, art. 3º, XVII.

### 3.7 Fase de execução (Fonte: e-Gestão)

Item	2015	2016	2017	2018 até 31.07
Execuções pendentes	840	1.124	1.333	1.511
Execuções iniciadas	558	648	744	360
Recebidos de outros Órgãos	1	8	12	-
Execuções encerradas	312	487	555	418
Remetidos a outros Órgãos	26	4	15	1
Processos arquivados provisoriamente	65	88	76	13
<b>Total de processos pendentes de execução</b>	<b>1.124</b>	<b>1.333</b>	<b>1.511</b>	<b>1.476</b>

### 3.8 Cartas precatórias (Fonte: e-Gestão)

Item	2015	2016	2017	2018 até 31.07
Recebidas	166	131	112	60
Devolvidas	169	91	112	102
Pendentes de devolução	38	82	80	39



## 4. PANORAMA DO PRAZO MÉDIO

### 4.1 Fase de conhecimento (Fonte: e-Gestão)

Item	2015	2016	2017
Do ajuizamento até a realização da 1ª audiência – rito sumaríssimo	47,04	43,82	43,67
Do ajuizamento até a realização da 1ª audiência – exceto rito sumaríssimo	78,97	64,13	104,77
Da realização da primeira audiência até o encerramento da instrução - rito sumaríssimo	14,97	17,36	9,31
Da realização da primeira audiência até o encerramento da instrução - exceto rito sumaríssimo	95,18	49,34	69,19
Do ajuizamento até o encerramento da instrução - rito sumaríssimo	50,36	49,45	47,78
Do ajuizamento até o encerramento da instrução - exceto rito sumaríssimo	111,72	113,16	148,91
Da conclusão até a prolação de sentença - rito sumaríssimo	10,6	8,32	11,8
Da conclusão até a prolação de sentença - exceto rito sumaríssimo	10,45	12,05	20,15
Do ajuizamento até a prolação da sentença - rito sumaríssimo	55,18	53,30	52,55
Do ajuizamento até a prolação da sentença - exceto rito sumaríssimo	111,97	113,32	153,39

### 4.2 Duração do processo na fase de conhecimento -TMDP1c (Fonte:Hórus)

Em consideração aos indicadores estabelecidos no Planejamento Estratégico do Tribunal (2015-2020), em especial o “Indicador 03” que mede o tempo médio de duração do processo na fase de conhecimento (TMDP1c - do ajuizamento da ação até a prolação da sentença), temos os seguintes números para o ano-base **2017: 53** dias para os processos submetidos ao rito sumaríssimo e **163** dias para o rito ordinário, apresentando um total de **127** dias para os dois ritos.



O prazo praticado pela Unidade se apresenta acima da média atual das demais Unidades de 1ª instância da 13ª Região (**99** dias), como também é superior ao desempenho verificado no ano de **2016**, que foi de **53** dias para o rito sumaríssimo e de **118** dias para os processos submetidos ao rito ordinário, perfazendo uma média de **103** dias para os dois ritos.

#### 4.3 FASE DE LIQUIDAÇÃO (Fonte: e-Gestão)

Prazo médio	2015	2016	2017
Do início até o encerramento da liquidação – rito sumaríssimo	-	21	11,9
Do início até o encerramento da liquidação – exceto rito sumaríssimo	12,25	26,9	22,35

#### 4.4 FASE DE EXECUÇÃO (Fonte: e-Gestão)

Prazo médio	2015	2016	2017
Do início até o encerramento da execução – ente privado	235,67	922,82	801,65
Do início ao encerramento da execução – ente público	235,67	480,31	684,72

Quanto ao tempo médio de duração do processo na fase de execução (TMDP1e - do início da fase até o encerramento da execução) no exercício **2017**, temos: **1.172** dias para os processos submetidos ao rito sumaríssimo e **536** dias para aqueles do rito ordinário, apresentando um total de **695** dias.

No exercício de **2016**, o tempo médio foi de **1.366** dias para o rito sumaríssimo e **688** dias para os processos do rito ordinário, o que totalizou **829** dias para os dois ritos.

**5 PAGAMENTOS E ARRECADAÇÕES** (Fonte: e-Gestão)

<b>VALORES PAGOS (R\$)</b>					
<b>Item</b>	<b>Sistema</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>	<b>2018 até 31.07</b>
<b>Acordo</b>	SUAP (legado)	1.416.393,15	-	-	-
	PJe	1.346.491,71	3.820.298,99	7.027.584,77	3.047.299,01
<b>Espontâneo</b>	SUAP (legado)	3.664.977,76	2.568.782,31	783.750,75	74.310,82
	PJe	174.421,54	2.648.729,22	4.669.783,00	2.257.991,68
<b>Execução</b>	SUAP (legado)	7.564.588,91	4.931.165,12	4.415.175,59	3.761.093,33
	PJe	77.762,57	940.269,99	960.995,07	1.098.463,13
<b>TOTAL</b>		<b>14.244.635,64</b>	<b>14.909.245,63</b>	<b>17.857.289,18</b>	<b>10.239.157,97</b>

<b>ARRECADAÇÕES (R\$)</b>					
<b>Item</b>	<b>Sistema</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>	<b>2018 até 31.07</b>
<b>Custas processuais</b>	SUAP (legado)	408.555,16	53.325,99	25.203,84	34.541,86
	PJe-JT	20.064,75	55.977,15	415.981,24	229.420,15
<b>Emolumentos</b>	SUAP (legado)	5,55	-	-	11,10
	PJe-JT	11,05	272,22	330,00	19,20
<b>Contribuição previdenciária</b>	SUAP (legado)	2.121.618,86	1.551.176,24	921.712,46	876.980,38
	PJe-JT	89.906,03	574.867,73	1.195.634,03	839.393,89
<b>Imposto de renda</b>	SUAP (legado)	106.085,70	351.965,90	40.586,54	295.233,97
	PJe-JT	-	12.053,11	12.406,06	46.005,21
<b>TOTAL</b>		<b>2.746.247,01</b>	<b>2.599.638,34</b>	<b>2.611.854,17</b>	<b>2.321.605,76</b>
<b>Custas processuais dispensadas</b>	SUAP (legado)	132.858,84	8.528,13	1.271,51	918,51
	PJe-JT	377.764,78	567.125,84	513.848,29	298.637,09
<b>TOTAL</b>		<b>510.623,62</b>	<b>575.653,97</b>	<b>515.119,80</b>	<b>299.555,60</b>



## 6 DEMAIS ASPECTOS DE EXAME OBRIGATÓRIO (ATO TRT SCR Nº 18 E ART. 24 DA CONSOLIDAÇÃO DOS PROVIMENTOS DA CGJT)

### 6.1 Exaurimento das iniciativas do juízo para tornar exitosa a execução

Constatou o Desembargador Corregedor que há esforço concentrado do Juízo quanto ao uso regular dos sistemas eletrônicos:

Item	Sistema	Quantidade
BACENJUD	SUAP	43
	PJe	641
	<b>TOTAL</b>	<b>684</b>
INFOJUD	SUAP	105
	PJe	16
	<b>TOTAL</b>	<b>121</b>
RENAJUD	SUAP	26
	PJe	27
	<b>TOTAL</b>	<b>53</b>
BNDT	Processos com registro de dados	357
	Processos com inclusão de devedor	233
	Processos com exclusão de devedor	144
	Processos com devedores inscritos	744
	<b>TOTAL</b>	<b>1.478</b>

Fontes: SUAP, PJe e e-Gestão

Verificou o Desembargador Corregedor que a Unidade procede ao registro fidedigno dos principais atos processuais praticados, como liquidação de sentença, quitação, oposição de embargos.

## 7 PROCEDIMENTOS CORREICIONAIS

### 7.1 Processos analisados

Foram analisados **100** processos, por amostragem, no PJe e SUAP, selecionados pelos critérios estabelecidos no art. 2º do Ato TRT SCR nº 018/2016, havendo a prolação de **14** despachos correicionais no PJe e **08** no SUAP.

Concede o Desembargador Corregedor o prazo de 10 dias para cumprimento dos despachos e recomendações, com a devida comunicação à Corregedoria Regional.



## 7.2 Gestão do Sistema Processual

No SUAP, foram identificados 10 protocolos (03 no setor de trânsito em julgado, 03 na audiência e 04 na execução) pendentes de juntada ou apreciação.

No PJe, o agrupador “Processos com pedido de sigilo nos documentos não apreciado” necessita ser analisado pela Unidade, uma vez que ali foram identificadas 03 petições datadas de 1º.02.2016, 15.10.2017 e 10.11.2017.

A Corregedoria Regional recomenda que a Unidade adote as providências necessárias para apreciação das petições do SUAP e atualização do agrupador PJe.

### 7.2.2 Processos em caixas de caráter transitório:

Fluxo	Quantidade	Processo mais antigo no fluxo
Análise de Conhecimento	17	RTOOrd 0130882-40.2015.5.13.0001 entrada em 1º.08.2018
Análise de Liquidação	3	RTOOrd 0001589-46.2017.5.13.0001 entrada em 20.06.2018
Análise de Execução	12	RTOOrd 0001398-35.2016.5.13.0001 entrada em 30.07.2018

## 8 METAS DO CNJ (Fonte: Hórus)

<b>Meta 1/2017 - Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no exercício anterior –</b>	
IPJ – Índice de Processos Julgados	
Unidades de primeiro grau do TRT	<b>122%</b>
Unidade Correicionada	<b>120%</b>

<b>Meta 1/2018 - Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente –</b>	
Unidades de primeiro grau do TRT	<b>153%</b>
Unidade Correicionada	<b>139%</b>



Para efeito de controle da **Meta 1/2018** foram contabilizados, de acordo com a regra negocial, **577** casos novos (por distribuição) e **919** julgamentos (primeiro julgamento), atingindo o percentual de **139%**.

<b>Meta 2/2018 - Identificar e julgar, até 31/12, pelo menos 90% dos processos distribuídos até 2015</b>	
IPA – Índice de julgamento de processos antigos	
Unidades de primeiro grau do TRT	<b>105%</b>
Unidade Correicionada	<b>106%</b>

<b>Meta 3/2018 - Aumentar o índice de conciliação, na fase de conhecimento, em relação à média do biênio 2014/2015 em dois pontos percentuais</b>	
IPC – Índice de processos conciliados	
Unidades de primeiro grau do TRT	<b>84%</b>
Unidade Correicionada	<b>87%</b>

<b>Meta 5/2017 - Baixar até 31/12 uma quantidade maior de processos de execução do que o total de casos novos de execução no ano corrente</b>	
IPJ – Índice de Processos Julgados	
Unidades de primeiro grau do TRT	<b>111%</b>
Unidade Correicionada	<b>105%</b>

<b>Meta 5/2018 - Baixar até 31/12 uma quantidade maior de processos de execução do que o total de casos novos de execução no ano corrente</b>	
IPJ – Índice de Processos Julgados	
Unidades de primeiro grau do TRT	<b>114%</b>
Unidade Correicionada	<b>128%</b>

## **9 PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO 2015-2020 – MAPA DE CONTRIBUIÇÃO DA UNIDADE**

Registra o Desembargador Corregedor que, segundo informações procedentes da Assessoria de Gestão Estratégica deste Regional, a 1ª Vara do Trabalho de João Pessoa vem buscando contribuir para o alcance das metas do Planejamento



Estratégico institucional, levando a efeito as iniciativas propostas no seu Mapa de Contribuição, a saber: a) incentivar a conciliação; b) manter contato constante com os peritos (pelo telefone ou e-mail), visando adiantar os laudos, marcar data, prestar esclarecimentos; c) melhorar a orientação aos advogados sobre a descrição do “TIPO DE DOCUMENTO”; d) manter o ritmo de trabalho, com acompanhamento rigoroso das petições dos agrupadores; e) acompanhar a descrição do “TIPO DE DOCUMENTO; f) solicitar treinamento para uso de convênios mais recentes.

## 10 IGEST

O sistema IGest é uma nova ferramenta desenvolvida pela Corregedoria Geral de Justiça, que se propõe a apresentar um referencial numérico do desempenho de cada Vara, condensando os seguintes indicadores: **Acervo, Celeridade, Produtividade, Taxa de Congestionamento e Força de Trabalho.**

De acordo com a nova ferramenta, a 1ª Vara do Trabalho de João Pessoa apresenta o seguinte desempenho em relação às demais Unidades do mesmo grupo:

### MESOINDICADORES POR COLOCAÇÃO

Período de Referência: 01/07/17 até 30/06/18

Data da última atualização do relatório: 23/07/2018

TRT -> Vara do Trabalho	Faixa de Casos Novos: Jul/2014 a Jun/2017	Acervo (Peso 0,2)	Celeridade (Peso 0,2)	Produtividade (Peso 0,2)	Taxa de Congestionamento (Peso 0,2)	Força de Trabalho (Peso 0,2)	IGEST
13a - PB -> João Pessoa - 10a Vara	1501 a 2000	1º	1º	10º	1º	2º	1º
13a - PB -> João Pessoa - 01a Vara	1501 a 2000	3º	2º	6º	2º	1º	2º
13a - PB -> João Pessoa - 05a Vara	1501 a 2000	2º	4º	4º	3º	3º	3º
13a - PB -> João Pessoa - 06a Vara	1501 a 2000	4º	3º	8º	4º	4º	4º
13a - PB -> João Pessoa - 02a Vara	1501 a 2000	7º	6º	3º	7º	9º	5º
13a - PB -> João Pessoa - 04a Vara	1501 a 2000	6º	10º	5º	5º	8º	6º
13a - PB -> João Pessoa - 08a Vara	1501 a 2000	8º	7º	1º	9º	7º	7º
13a - PB -> João Pessoa - 03a Vara	1501 a 2000	5º	9º	9º	8º	6º	8º
13a - PB -> João Pessoa - 07a Vara	1501 a 2000	10º	8º	2º	6º	5º	9º
13a - PB -> João Pessoa - 09a Vara	1501 a 2000	9º	5º	7º	10º	10º	10º



Em relação aos resultados, a Unidade praticou os seguintes índices (variável de 0 a 1\*):

#### MESOINDICADORES POR RESULTADO

TRT -> Vara do Trabalho	Faixa de Casos Novos: Jul2014 a Jun2017	Acervo (Peso 0,2)	Celeridade (Peso 0,2)	Produtividade (Peso 0,2)	Taxa de Congestionamento (Peso 0,2)	Força de Trabalho (Peso 0,2)	IGEST	
							Resultado	Colocação
13a - PB -> João Pessoa - 10a Vara	1501 a 2000	0,1666	0,0599	0,7215	0,1138	0,3219	0,2767	1º
13a - PB -> João Pessoa - 01a Vara	1501 a 2000	0,3418	0,3812	0,4787	0,3042	0,1950	0,3402	2º
13a - PB -> João Pessoa - 05a Vara	1501 a 2000	0,2967	0,4603	0,4648	0,3484	0,3481	0,3837	3º
13a - PB -> João Pessoa - 06a Vara	1501 a 2000	0,3742	0,4323	0,5286	0,5479	0,4609	0,4688	4º
13a - PB -> João Pessoa - 02a Vara	1501 a 2000	0,6308	0,5415	0,4569	0,6007	0,5194	0,5499	5º
13a - PB -> João Pessoa - 04a Vara	1501 a 2000	0,5533	0,6493	0,4765	0,5574	0,5190	0,5511	6º
13a - PB -> João Pessoa - 08a Vara	1501 a 2000	0,6446	0,5657	0,4114	0,6249	0,5144	0,5522	7º
13a - PB -> João Pessoa - 03a Vara	1501 a 2000	0,4238	0,6267	0,5876	0,6204	0,5049	0,5527	8º
13a - PB -> João Pessoa - 07a Vara	1501 a 2000	0,6861	0,6112	0,4526	0,5942	0,4880	0,5664	9º
13a - PB -> João Pessoa - 09a Vara	1501 a 2000	0,6463	0,4888	0,5149	0,6649	0,5890	0,5808	10º

\* Quanto mais próximo de 0 (zero) o índice, melhor o desempenho da Unidade

## 11 SUSTENTABILIDADE

De acordo com relatório emitido pela SETIC, a Unidade produziu, no mês de julho/2018, 1.613 impressões em papel.

Recomenda a Corregedoria Regional que o gestor da Unidade estabeleça diretrizes e orientações sobre o que precisa ou não ser impresso em papel, de forma a evitar impressões desnecessárias e, em consequência, reduzir o consumo de papel.

## 12 RECOMENDAÇÕES

De conformidade com o caráter preventivo e pedagógico dos trabalhos correicionais, o Desembargador Corregedor recomenda:

**Aos Juízes:**



### **1 Recomendações gerais:**

- a) continuem a observar o estabelecido no §1º-A do art. 1º e art. 2º da Resolução Administrativa TST nº 1470/2011, quanto à prática de inclusão/alteração/exclusão da parte executada no BNDT, conforme o caso, que, na atual versão do PJe, pode ser realizada mediante impulsionamento do feito ao fluxo “cumprimento de providências”;
- b) observem regramento ditado pelo art. 879 da CLT, de forma a ordenar a liquidação do julgado, de ofício, nas situações de sentença ilíquida;
- c) intensifiquem a prática de uso dos sistemas *on-line*, impulsionando os feitos para o fluxo correspondente ao sistema utilizado (BACEN, RENAJUD, INFOJUD, SERASA, etc);
- d) continuem com a prática de realização de inspeção periódica em número razoável de processos em tramitação na Vara, conforme determina o artigo 33 do Provimento Consolidado do nosso Regional;
- e) adotem o procedimento de instauração do incidente de desconsideração da personalidade jurídica, na forma disciplinada pela CLT, art. 855-A;
- f) continuem a observar o disciplinamento ditado pelo art. 86 da Consolidação dos Provimentos da CGJT no que se refere à declaração, por sentença, da extinção da execução;
- g) determinem o arquivamento provisório dos processos, cujos executados se encontram em recuperação judicial, a teor do que estabelece o art. 82 da Consolidação dos Provimentos da CGJT;
- h) acompanhem a gestão de pauta em razão do incremento de ações submetidas ao rito sumaríssimo, após a reforma trabalhista.

### **2 Recomendações específicas:**

- a) continuem a observar o teor da Recomendação TRT SCR nº 004/2017, de forma que, tão logo processada a requisição de precatório, seja declarada a extinção da execução com o arquivamento provisório dos autos, até que haja a quitação do débito;



- b) abstenham-se, não obstante não existir regramento próprio a tratar da matéria, de prosseguir com execuções de valores de custas processuais ínfimos, porque contraproducente;
- c) quando da determinação de sobrestamento de execução, utilizem decisão do tipo “Suspenso o processo por execução frustrada”, evitando o ocorrido no processo 0130033-68.2015.5.13.0001, no qual o sobrestamento do feito se deu por despacho, o que impacta negativamente na estatística da Vara.

## Ao Diretor de Secretaria

### 1 Recomendações gerais:

- a) observe, com rigor, as recomendações da Ata de Correição, de forma a aprimorar o desempenho da Unidade e o cumprimento das metas do CNJ;
- b) continue a monitorar os relatórios fornecidos pelo Hórus e SAOPJe, a fim de verificar possíveis inconsistências na alimentação de dados pela Unidade e corrigi-las;
- c) incentive a equipe a executar os atos processuais no prazo assinalado pelo Código Processual Civil, art. 228, de forma a evitar que os feitos permaneçam indevidamente paralisados;
- d) controle, diariamente, o recebimento de correspondências eletrônicas, seja por e-mail ou malote digital;
- e) oriente a equipe a impulsionar os feitos, tão logo lançada “decisão” para uso dos sistemas *on-line*, para o fluxo “aguardando cumprimento de providência”, com indicação posterior do sistema a ser utilizado, de forma a fazer constar, na movimentação processual, os sistemas de pesquisa efetivamente consultados.

### 2 Recomendações específicas:

Inconsistência	Recomendação
RTOrd 0001331-70.2016.5.13.0001 Processo com prazo de suspensão da execução vencido, sem providências da Secretaria	Cumprir item 2 de decisão (id. 5b7cf40)
RTOrd 0131789-15.2015.5.13.0001 RTOrd 0001447-76.2016.5.13.0001	Observar disciplinamento ditado pelo art. 28, XIX, do Provimento Consolidado de nosso



Processos com CPE expedidas em maio de 2017, sem acompanhamento posterior da Unidade	Regional
RTOrd 0000185-91.2016.5.13.0001 RTSum 0130060-51.2015.5.13.0001 RTSum 0000845-22.2016.5.13.0022 Processos com prazo de sobrestamento da execução vencido, sem qualquer providência da Secretaria	Acompanhar, habitual e rotineiramente, os processos que tiveram a execução suspensa e se encontram com prazo vencido para renovação de medidas coercitivas (art. 76, III, da Consolidação dos Provimentos da CGJT)
RTOrd 0001993-34.2016.5.13.0001 Na notificação (id. 9B96a06), foi sinalizado prazo de 15 dias, no entanto, no sistema (aba expedientes), foi informado prazo de 20 dias	Orientar a equipe a dispensar mais atenção quando do lançamento de prazos no Sistema PJe, de forma a evitar discrepância entre o prazo assinalado pelo Juiz e aquele lançado no sistema
RTOrd 0001446-91.2016.5.13.0001 Tramita em paralelo, na Unidade, a ExProvAS 0001493-53.2017.5.13.0026	Iniciar a execução na RTOrd 0001446-91.2016.5.13.0001 e juntar peças da execução provisória. Arquivar a ExProvAS 0001493-53.2017.5.13.0026
RTSum 0001665-07.2016.5.13.0001 e outros 20 Processos devolvidos da instância recursal, sem providência posterior da Secretaria	Abster-se de manter processos paralisados em caixa “Recebimento de Instância Superior”, dado o caráter intermediário da tarefa. Lançar data de trânsito em julgado, imediatamente após o recebimento do processo, e prosseguir com o andamento regular do feito
RTOrd 0001329-66.2017.5.13.0001 Processo com interposição de RO e contrarrazões desde junho/2018, sem remessa ao TRT	Abster-se de manter processos paralisados em caixa “Remeter ao 2º Grau”. Observar, com rigor, o final dos prazos para contrarrazões para a imediata remessa do feito à Instância Superior.
RTOrd 0131623-80.2015.5.13.0001 Processo com prazo vencido desde 26.03.2018, paralisado em caixa ‘Aguardando término dos prazos -liq’	Dar início, de imediato, à execução do julgado, em cumprimento à decisão id. 73946c0
RTOrd 0131973-68.2015.5.13.0001 e outros tantos Há determinação do Juízo para inclusão da parte executada no BNDT, no entanto a ordem não foi cumprida	Acompanhar e controlar os efetivos registros de inclusão das executadas no BNDT
Inconsistências de item 7.2	Adotar as providências necessárias para apreciação das petições do SUAP e atualização do agrupador PJe



## Aos servidores da Vara:

### 1 Recomendações gerais:

- a) realizem a triagem dos processos, verificando a conformidade dos dados e assuntos indicados pelo advogado no sistema PJe com aqueles constantes da petição inicial, retificando-os, se for o caso, nos termos do §§ 3º e 5º do art. 19 da Resolução CSJT nº 185/2017;
- b) observem, logo **após o lançamento de decisão para inclusão do executado no BNDT**, o fluxo processual seguinte: **“Registrar no BNDT – Exec”**.

### 13 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Corregedoria Regional constata com bastante satisfação que a 1ª Vara do Trabalho de João Pessoa vem mantendo seu padrão de excelência na prestação jurisdicional, fato claramente evidenciado pela padronização de procedimentos, correto ordenamento dos autos e clareza procedimental.

Com igual satisfação, o Desembargador Corregedor destaca o cumprimento da Meta 1/2017 do CNJ (**120%**), o que vem se repetindo neste exercício de 2018 (**138%**), fato a demonstrar o comprometimento da Vara com objetivo estratégico de fundamental importância para o Tribunal, razão pela qual parabeniza a equipe e solicita que sejam canalizados todos os esforços para a manutenção do desempenho até o final deste exercício.

A Unidade continua atingindo o cumprimento da Meta 2/2018 (**106%**).

É de se ressaltar a redução do tempo médio de duração do processo, especificamente do início da fase de execução até seu encerramento, de **829** dias em 2016 para **695** dias no exercício de 2017, o que é evidenciado pelo índice alcançado na Meta 5/2017 (**105%**) e na parcial de 2018, que já atinge **128%**.

O índice de conciliação alcançado no período correicionado (**30,06%**) é superior ao registrado na correição passada (**24,18%**), dentro da média do Regional (de 30% e 35%). O Corregedor recomenda aos magistrados e servidores que intensifiquem a adoção de medidas efetivas voltadas à pacificação dos conflitos para que a Vara correicionada alcance a Meta 3/2018, que ora apresenta o índice de **87%**.



Chama a atenção para a duração do processo na fase de conhecimento, uma vez que a Unidade registra aumento do tempo médio de duração do processo do ajuizamento à prolação da sentença de **103** dias, no ano de 2016, para **127**, no exercício de 2017.

Não poderia deixar de registrar o grau de excelência da equipe em relação à gestão administrativa e processual, concernente aos lançamentos de valores recebidos e arrecadados pela Unidade, merecedora de aplausos da Corregedoria Regional.

Diante dessas considerações, o Desembargador Corregedor enaltece a qualidade da atividade judicial desempenhada por todos aqueles que integram a 1ª Vara do Trabalho de João Pessoa, pelo comprometimento e operosidade, que resultou numa prestação jurisdicional eficiente, célere e de ótima qualidade.

#### **14 VISITA CORRECIONAL**

O Desembargador Corregedor visitou a 1ª Vara do Trabalho de João Pessoa, oportunidade em que se reuniu com os Magistrados – Titular e Substituto fixo - e servidores, orientando-os quanto às melhores práticas e dispondo-se a colher críticas e sugestões para a melhoria dos serviços, notadamente o da prestação jurisdicional.

#### **15 AGRADECIMENTOS**

O Excelentíssimo Desembargador Corregedor agradece a Juíza Titular da Vara, Margarida Alves de Araújo Silva, ao Juiz Substituto fixo, Alexandre Roque Pinto, ao Diretor de Secretaria, Sampaio Geraldo Lopes Ribeiro, e aos servidores Celso Dionísio de Lima Júnior, Cláudio Marcelo Figueiredo Cavalcanti, Felipe da Silva Brito, Frederico Belarmino Porto, José Ailton Félix de Souza, Mércia Cristina Pita Mercês Almeida, Rodrigo Cavalcante Barreto, Sinval Duarte Filho, Willa Procópio Rodrigues Ortega e Wylka Carlos Lima Vidal pelo tratamento cordial dispensado à equipe de correição.



## 16 ENCERRAMENTO

Nada mais havendo a tratar, dar-se por encerrados os trabalhos, nesta data, e eu, Isêlma Maria de Souza Rodrigues, Diretora de Secretaria da Corregedoria Regional, lavrei a presente ata, a ser assinada eletronicamente pelo Desembargador Corregedor, que deixa assinado o prazo de 08 dias, a contar do primeiro dia útil que segue, para a Vara do Trabalho, querendo, oferecer suas considerações.

A presente Ata será afixada no átrio desta Unidade Judiciária por igual prazo, publicada no DEJT e inserida na página oficial da Corregedoria na Internet.

João Pessoa, 21 de agosto de 2018.

(assinado eletronicamente)

**WOLNEY DE MACEDO CORDEIRO**

**Desembargador Corregedor**